



Conselho Geral

Ata número 35

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência do professor José Carlos Sousa, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, com os elementos que constam na folha de registo de presenças.

A Ordem de Trabalhos apresenta os seguintes pontos:

- 1 – Leitura, discussão e votação da ata número 34 do Conselho Geral, relativa à reunião de 7 de outubro de 2015.
- 2 – Apresentação e discussão das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento de acordo com a alínea h) do artigo 13º do Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho.
- 3 – Análise e discussão do relatório de avaliação interna relativo ao 1º período do ano letivo 2015/2016, de acordo com a alínea k) do artigo 13º do Decreto-lei nº 137/2012 de 2 de julho.
- 4 – Análise da situação do Conselho Geral em função da demissão dos representantes dos pais e encarregados de educação do agrupamento.
- 5 - Alteração da equipa de monitorização da Carta de Missão da Diretora do agrupamento.
- 6 - Outros assuntos.

O Presidente do Conselho Geral iniciou os trabalhos dando algumas informações antes do cumprimento da Ordem de Trabalhos, referindo nomeadamente:

- a Fundação COI passará a ser representada neste órgão pela professora Tânia Bernardo;

- está agendada uma reunião na próxima semana com o Engenheiro João Costa, Diretor da ATEC, para aferir da disponibilidade de vir a integrar este Conselho Geral, em substituição da Associação Empresarial do Vale do Alecrim.

Dando início à Ordem de Trabalhos, e no seu primeiro ponto - leitura, discussão e votação da ata número 34, do Conselho Geral, relativa à reunião de 7 de outubro, a mesma foi lida, discutida, votada e aprovada, com duas abstenções, nove votos a favor e nenhum voto contra.

De seguida passou-se ao ponto dois da Ordem de Trabalhos – apresentação e discussão das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento de acordo com a alínea h) do artigo 13º do Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho.

Neste ponto dos trabalhos o Conselho Geral contou com a presença da Subdiretora, professora Natividade Azeredo.

O presidente do CG referiu a reunião que teve com a Diretora e a Subdiretora do agrupamento. O mesmo considera desconexo estarmos a aprovar linhas orientadoras para elaboração do orçamento em janeiro, quando o mesmo já devia estar a ser implementado a um de janeiro deste ano. Mas tal depende do Ministério da Educação pelo que só em maio é que se saberá se o projeto de orçamento agora apresentado, foi ou não aprovado. Referiu ainda que em relação ao que tinha sido projectado em orçamento no ano anterior houve um corte de cinco mil euros aquando da sua aprovação.

A Subdiretora, Natividade Azeredo, esclareceu que no ano passado só em oito de maio chegou a indicação do orçamento disponível e apesar de o agrupamento estar a avançar com esta proposta de orçamento ainda não existem orientações superiores para o mesmo. Referiu que o Mapa A/CG (Despesa Corrente e Capital OE) reflete a aplicação do orçamento de dois mil e quinze exatamente como foi recebido. A professora Natividade teve oportunidade de referir, ou dar destaque, a alguns valores nomeadamente a quantia gasta com a empresa de limpeza, os cortes superiores a cinco mil euros, as despesas com o software administrativo (que teve de ser pago com receita própria). Houve constrangimentos com a diminuição de verba pois no ano anterior estava prevista a aquisição de fardamento para as funcionárias mas tal não foi possível.

Já no Mapa C/CG (FOFI – 123) o presidente do CG considera os valores muito baixos para tudo o que a Escola precisa. No Mapa D/CG (FOFI – 129) a representante do 1º ciclo, Dora Félix, referiu o valor muito elevado que continua a verificar-se nas despesas com comunicações, tendo inclusive o mesmo aumentado significativamente, por comparação com o ano anterior. A Diretora do agrupamento, Guilhermina Ramos concordou mas salientou a impossibilidade de cancelar o contrato das comunicações por falta de autorização superior. Não se deu por encerrado o assunto pois há alguns agrupamentos que utilizam telemóveis pelo que será necessário obter mais informação e tentar encontrar uma forma de baixar estes valores tão elevados. A representante do

primeiro ciclo, Conceição Henriques, sugeriu a aquisição de telemóveis baratos para equipar as escolas através de um investimento de capital. No entanto, a resposta foi na mesma linha: não é possível por causa da Lei da Contratação Pública.

O Mapa E/CG (Valores atribuídos, cativos e disponíveis – Previsão 20 – 1º Ciclo) refere o número de alunos por escola em agosto de dois mil e quinze. Falou-se também da necessidade de haver alguns tinteiros em stock uma vez que o equipamento disponibilizado para as escolas de primeiro ciclo pela Câmara Municipal é igual para todas as escolas, para evitar estar meses à espera que chegue um tinteiro, entre os trâmites burocráticos necessários.

A Subdiretora teve ainda oportunidade de esclarecer que houve necessidade de reorganizar os serviços administrativos em janeiro pois apesar de ter sido pedido mais um funcionário, tal não se verificou. A D. Manuela Bastos é a Coordenadora Técnica dos serviços administrativos, a Tesouraria e a Contabilidade estavam a cargo da D. Crisolinda mas era uma sobrecarga muito grande, pelo que agora a D. Sara Bonito é a Tesoureira e a D. Crisolinda mantém a Contabilidade, numa tentativa de conseguir agilizar mais os serviços.

A representante da Câmara Municipal de Palmela, Idalina Polido, considera que o valor dos auxílios económicos no Mapa G/CG (Verbas recebidas da DGPGF) não estará correto, pelo que há necessidade de verificação.

O representante do terceiro ciclo, Carlos Vilas, questionou o equipamento da reprografia pois só uma máquina está a funcionar na sede do agrupamento. A Subdiretora esclareceu que está desgastada com a situação pois superiormente não lhe dão resposta ao pedido de aquisição de novos equipamentos.

Também está pendente o pedido de substituição dos telhados de algumas salas de aula, pois quando a chuva é intensa a água entra nas salas.

Entretanto o presidente do CG leu o documento “Linhas Orientadoras para a Elaboração do Orçamento do Agrupamento para o Ano de 2016” que sofreu pequenos ajustes na redação do mesmo. Fará parte integrante desta ata.

Antes de sair, após terminada a sua participação neste CG, a professora Natividade Azeredo, elogiou o aluno Ivan Santos, representante dos alunos, pelo seu percurso escolar e pela sua prestação como pessoa, sendo um aluno de um percurso alternativo é um caso de sucesso.

De seguida deu-se cumprimento ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos - análise e discussão do relatório de avaliação interna relativo ao 1º período do ano letivo 2015/2016, de acordo com a alínea k) do artigo 13º do Decreto-lei nº 137/2012 de 2 de julho.

O presidente do CG referiu que o relatório em apreço, relativo ao primeiro período, foi discutido em Conselho Pedagógico. Salientou a necessidade do combate ao insucesso e à indisciplina mas os resultados negativos nalgumas disciplinas são muito elevados, nomeadamente a Matemática, a Português e a Inglês. Há uma grande necessidade de alterar práticas em sala de

aula e de analisar o que não estará a funcionar. Será que são as condições económicas que condicionam os resultados escolares? O relatório foi aos departamentos que tentarão indicar estratégias de melhoria. Já existe a Sala de Estudo, a coadjuvação e o projecto “Mais Motivação, Mais Sucesso”, o Serviço de Psicologia e Orientação, o NACEPI, os Planos de Ação dos Departamentos, o trabalho colaborativo entre os professores ...

A Diretora, Guilhermina Ramos, pediu ao professor Victor Miguel, responsável pela Avaliação Interna, que determinasse o peso de duas turmas a nível dos resultados e da indisciplina na escola sede do agrupamento pois as turmas de Percurso Curricular Alternativo continuam a contar. Entretanto leu alguns pontos que lhe chamaram a atenção nos relatórios.

No Conselho Pedagógico o relatório de Avaliação Interna também foi abordado e foram referidos alguns pontos que contribuem para os resultados obtidos: a extensão do programa nas diferentes disciplinas (tendo algumas diminuído a sua carga horária, como o Inglês), o grau de dificuldade crescente, o número de alunos por turma, em Educação Visual e em Educação Tecnológica a falta de material.

O presidente do CG inquiriu sobre a articulação entre o Inglês das Atividades de Enriquecimento Curricular e o Departamento de Línguas e realmente tal articulação é feita, assim como nas outras áreas trabalhadas nestas atividades no primeiro ciclo. Mas os resultados negativos no segundo/terceiro ciclo são muito significativos.

A representante do município, Idalina Polido, referiu por exemplo o insucesso a francês ao nível dos quarenta e dois ponto um por cento.

Fica também referida a situação de alguns alunos cujos encarregados de educação não autorizam o Apoio Educativo ou a participação na Sala de Estudo porque os seus educandos vão para a explicação.

O presidente do CG, salientou que um dos problemas, que constatara em diálogo preparatório com outros elementos do CG, seria o facto de no primeiro período do quinto ano os alunos não terem Apoio Educativo e tendo diversos alunos do quarto ano sido aprovados com sucesso relativo (pois podem progredir com negativa a matemática ou português e a estudo do meio) seria importante começar a apoiar logo no início do ano letivo os alunos que viessem sinalizados.

O representante do terceiro ciclo, Carlos Vilas concordou e reforçou a mesma ideia pois considera que seria pertinente encontrar, logo apoios e encaminhar alunos para a sala de estudo, aos primeiros sinais sem estar à espera do final do período.

Relativamente à indisciplina a representante do primeiro ciclo, Conceição Henriques, salientou algumas vantagens do Código de Conduta na redução da mesma mas os alunos referenciados são sempre mais ou menos os mesmos e o que precisamos mesmo é de mais apoio psicológico para as crianças. A Diretora referiu que na escola sede também há muitos indisciplinados, muitos alunos com Necessidades Educativas Especiais e o apoio psicológico é pouco.

O presidente do Conselho Geral salientou que a escola precisa de uma equipa multidisciplinar e precisa de fazer tutorias.

A representante do pré-escolar, Margarida Costa, lembrou o projeto EPIS e a eventual mais valia que poderia significar para a escola/agrupamento.

Dando cumprimento ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos – análise da situação do Conselho Geral em função da demissão dos representantes dos pais e encarregados de educação do agrupamento.

O presidente do CG traçou em linhas gerais o que aconteceu entre o dia sete de outubro de dois mil e quinze e a presente data, relativamente aos representantes dos pais e encarregados de educação no CG.

Após a saída dos representantes dos pais e encarregados de educação (PEE) do CG de sete de outubro, e nesse mesmo dia, o presidente remeteu um email à representante dos PEE, Paula Passarinho. No dia onze do referido mês recebeu um email da presidente da Associação de Pais da Escola José Maria dos Santos, solicitando uma série de documentos, ao qual o presidente respondeu a treze de outubro, remetendo para a página do agrupamento na secção do CG, onde poderia encontrar todas as informações pretendidas. O mesmo só em trinta de outubro recebeu resposta ao email enviado a sete de outubro tendo respondido a dez de novembro. Obteve resposta a catorze de novembro, onde era solicitada a marcação de uma reunião, indicando a data proposta. A resposta do presidente do CG foi enviada ainda a catorze de novembro, concordando com a reunião e com a data. A referida reunião, conduzida pelo presidente do CG, José Carlos Sousa, ocorreu a vinte e cinco de novembro, com os representantes dos PEE no CG, a presidente da Associação de Pais da Escola Básica José Maria dos Santos e todos os elementos que constituem a direcção do agrupamento. Ficaram os representantes dos PEE de elaborar a ata, tendo a Diretora ficado de enviar uma análise à sua Carta de Missão. Dia dois de dezembro a Diretora envia ao presidente do CG a Carta de Missão analisada, que é remetida no mesmo dia para os representantes de PEE propondo a data de nove de dezembro para nova reunião. O presidente perguntou pela ata da reunião anterior que havia o compromisso de elaborar. No entanto a oito de dezembro, e em virtude da falta de confirmação por parte dos representantes de PEE, a reunião

foi desmarcada à noite pelo presidente do CG. No dia nove de dezembro os representantes dos PEE rejeitaram a reunião (que já tinha sido cancelada) e reiteraram a sua demissão do CG. A ata de vinte e cinco de novembro foi entretanto elaborada pelo presidente do Conselho geral e a dezassete de dezembro foi enviada resposta ao presidente pelos representantes da PEE que a vinte e um de dezembro respondeu. A vinte e três de dezembro o PCG remeteu aos representantes de PEE a sua decisão sobre a forma mais adequada de serem substituídos os representantes dos PEE no CG.

Entretanto o presidente do CG contactou também a FERSAP na pessoa do antigo presidente António Amaral e do actual, António Farto. Da reunião pedida no início de janeiro com a FERSAP, junto do presidente António Farto, ainda não existiu qualquer contacto pois o mesmo fez depender a reunião da presença da estrutura concelhia. Assim o presidente do CG disponibilizou-se para poder reunir numa data que pudesse ser agendada por ambos.

Na tentativa de ultrapassar a situação o presidente do CG contactou e reuniu já com a Associação de Pais da Escola Salgueiro Maia. Entretanto aguarda a tomada de posse dos elementos da Associação de Pais da Escola Sede para que possa reunir também com estes. No que concerne às outras três associações os contactos para reunião serão feitos ainda durante a presente semana. O objetivo é que as associações de pais possam garantir a marcação de uma reunião de pais e encarregados de educação do agrupamento e que se possam eleger os seus representantes para o CG. Se isso não se conseguir concretizar o presidente do CG marcará essa mesma reunião, sendo que não poderá participar por não ser pai ou encarregado de educação de alunos do agrupamento.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos – alteração da equipa de monitorização da carta de missão da Diretora do agrupamento, o presidente referiu que a equipa inicial era formada pelo próprio, pela representante do Pessoal Não Docente, Edite Branco, pela representante da Fundação COI, Inês Bento e duas encarregadas de educação. Dada a situação com os encarregados de educação e sendo obrigatória a monitorização da Carta de Missão fica acordado que a equipa ficará constituída pelo presidente do CG, pela representante do Pessoal Não Docente, Edite Branco e pela actual representante da Fundação COI, Tânia Bernardo.

Por fim, no último ponto da Ordem de Trabalhos, o representante dos alunos Ivan Santos, referiu que alguns colegas chamaram a atenção para as refeições do refeitório, questionando a alimentação. Depois vão para o bar onde existem muitos bolos à disposição e considera que não devia ser assim. Não deveria o bar estar fechado à hora de almoço para promover a utilização do refeitório?

A Diretora, Guilhermina Ramos, explicou que existe uma tabela nutricional e é por ela que as ementas são elaboradas. Considera que os alunos deviam comer a refeição completa

disponibilizada no refeitório pois é equilibrada. Na sua opinião não há muita variedade de bolos no bar.

Foram ainda referidos os estabelecimentos que perto da escola vendem gomas e doces do género e que muitos dos alunos frequentam assiduamente.

A representante do município, Idalina Polido, referiu que o Ministério de Educação tem normas para os alimentos na escola, as ementas respeitam as normas nutricionais vindo nomeadamente indicações relativas às quantidades de sal. Existem bares de algumas escolas que têm sopa, sandes e sumos naturais à disposição.

O presidente, José Carlos, aproveitou para referir um estudo realizado pelo professor Carlos Vilas, que em seiscentos e setenta alunos, havia cerca de cinquenta alunos ou por cento com excesso de peso e muitos em magreza extrema.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho Geral, e por mim que a secretariei.

O Secretário

O Presidente do Conselho Geral